

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas

Rectificação n.º 897/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 20 de Março de 2006, novamente se publica:

Por alvará de 30 de Janeiro de 2006:

Ordem Militar de Sant'Iago da Espada

Grande-oficial

Prof. Doutor Eduardo Almeida do Prado Coelho.

25 de Maio de 2006. — O Secretário-Geral das Ordens, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

Rectificação n.º 898/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 12 de Abril de 2006, novamente se publica:

Por alvará de 30 de Janeiro de 2006:

Ordem do Infante D. Henrique

Grande-oficial

Prof. Doutor Rui Manuel Campos Guimarães.

25 de Maio de 2006. — O Secretário-Geral das Ordens, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 450/2006. — Através do despacho conjunto n.º 810/2005, de 4 de Outubro, foi criado, na dependência do Ministro de Estado e da Administração Interna e do Ministro de Estado e das Finanças, um grupo de trabalho com a missão de proceder à revisão da Lei das Finanças Locais.

Apesar de ter, como estava previsto, concluído os trabalhos de revisão da Lei das Finanças Locais até Março de 2006, a verdade é que se mostra útil manter em funcionamento o referido grupo por mais 30 dias, durante o período de apresentação e discussão pública da proposta de lei do Governo.

Assim, determina-se que se mantenha em funções, até 30 de Abril de 2006, o grupo de trabalho com a missão de proceder à revisão da Lei das Finanças Locais, criado pelo despacho conjunto n.º 810/2005, de 4 de Outubro.

31 de Março de 2006. — Pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*, Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho conjunto n.º 451/2006. — Considerando o termo, a seu pedido, da comissão de serviço da mestre Ana Cristina Carvalho Paulo como directora-geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, do Ministério da Educação;

Tendo presente a necessidade de prover de imediato o referido cargo e a relevante experiência e o perfil académico e profissional do doutorado em Sociologia Prof. Doutor Luís Manuel Antunes Capucha, evidenciados no currículo anexo ao presente despacho e que deste faz parte integrante:

1 — Nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, 6 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, e 1 do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 17/2004, de 28 de Abril, nomeio o doutorado em Sociologia Prof. Doutor Luís Manuel Antunes Capucha para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director-geral de

Inovação e de Desenvolvimento Curricular, do Ministério da Educação.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 2 de Maio de 2006.

17 de Maio de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

Curriculum vitae

(resumo)

Luís Manuel Antunes Capucha, 49 anos, é doutorado em Sociologia do Desenvolvimento e professor no IÇTE (integrando o respectivo senado), onde lecciona desde 1987. É desde esta data investigador no CIES. Principais áreas de pesquisa: pobreza e exclusão social, educação, políticas sociais e de emprego, educação, cultura e desenvolvimento, classes sociais e estratificação e metodologias de avaliação.

Entre 1997 e 1999 foi adjunto do coordenador nacional do Projecto Vida e entre 1999 e 2002 foi director-geral do Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, coordenador nacional do Plano Nacional de Emprego, membro do Comité de Emprego da União Europeia e do Conselho Económico e Social.

Coordenou ou participou em 13 projectos de avaliação de programas e políticas sociais, de educação/formação e de desenvolvimento social e em 17 iniciativas de avaliação de projectos. Fez parte de equipas responsáveis por 7 projectos de pesquisa internacionais e 21 nacionais, na qualidade de coordenador ou de membro das equipas de investigadores. Muitos dos projectos de investigação e avaliação envolveram as temáticas da educação e formação, destacando-se a este respeito a avaliação do Subprograma Educação de Adultos do PRODEP 1, a responsabilidade operacional pela avaliação intercalar do PRODEP 3 e a coordenação da equipa responsável pela avaliação e acompanhamento da reforma do ensino secundário. Foi o representante português na equipa de peritos do projecto de pesquisa internacional sobre «Juventude desfavorecida» realizado por encomenda da Comissão Europeia.

É co-autor de oito livros, de quatro textos resultantes de comunicações em colóquios e congressos científicos e de nove artigos em revistas científicas publicados no estrangeiro (Espanha, França, Alemanha e Reino Unido). Em Portugal é autor, coordenador e co-autor de 17 livros, autor de capítulos de 19 livros colectivos, 11 contribuições em actas de colóquios e congressos científicos, 22 artigos em revistas científicas e de textos em outras 54 publicações diversas.

É ainda autor de 134 comunicações em congressos científicos, seminários e outras sessões de debate em Portugal e de 52 comunicações em reuniões científicas em países como Polónia, Itália, Irlanda, Bélgica, Brasil e Canadá, Espanha, França, Alemanha e Reino Unido.

Tem sido e continua a ser, na qualidade de voluntário, membro activo e dirigente de grande número de associações de carácter profissional e também de carácter cultural, desportivo e recreativo na área da residência.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 6414/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Abril de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ahmed Nadi, natural de Nzalat Laadam, Reino de Marrocos, de nacionalidade marroquina, nascido em 10 de Fevereiro de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

16 de Maio de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 6415/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Março de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alberto António Mandim, natural de Bula, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 26 de Julho de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto,